

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

03 de fevereiro de 2017 | Número 35

BOLETIM INFORMATIVO



FETEC **GUT**
Centro Norte

Marisa Letícia Lula da Silva: as palavras que precisavam ser ditas

Hildegard Angel

Foram oito anos de bombardeio intenso, tiroteio de deboches, ofensas de todo jeito, ridicularia, referências mordazes, críticas cruéis, calúnias até. E sem o conforto das contrapartidas. Jamais foi chamada de “a Cara” por ninguém, nem teve a imprensa internacional a lhe tecer elogios, muito menos admiradores políticos e partidários fizeram sua defesa. À “companheira” número 1 da República, muito osso, afagos poucos. Ah, dirão os de sempre, e as mordomias? As facilidades? O vidão? E eu rebaterei: E o fim da privacidade? A imprensa sempre de olho, botando lente de aumento pra encontrar defeito? E as hostilidades públicas? E as despeitas? E a maneira desrespeitosa com que foi constantemente tratada, sem a menor cerimônia, por grande parte da mídia? Arremedando-a, despeiteando-a, diminuindo-a? E as frequentes provas de desconfiança, daqui e dali? E – pior de tudo – os boatos infundados e maldosos, com o fim exclusivo e único de desagregar o casal, a família? Ah, meus queridos, Marisa Letícia Lula da Silva precisou ter coragem e estômago para suportar esses oito anos de maledicências e ataques. E ela teve.

Começaram criticando-a por estar sempre ao lado do marido nas solenidades. Como se acompanhar o parceiro não fosse o papel tradicional da mulher mãe de família em nossa sociedade. Depois, implicaram com o silêncio dela, a “mudez”, a maneira quieta de ser. Na verdade, uma prova mais do que evidente de sua sabedoria. Falar o quê, quando, todos sabem, primeira-dama não é cargo, não é emprego, não é profissão? Ah, mas tudo que “eles” queriam era ver dona Marisa Letícia se atrapalhar com as palavras para, mais uma vez, com aquela crueldade venenosa que lhes é peculiar, compará-la à antecessora, Ruth Cardoso, com seu colar poderoso de doutorados e mestrados. Agora, me digam, quantas mulheres neste grande e pujante país podem se vangloriar de ter um doutorado? Assim como, por outro lado, não são tantas as mulheres no Brasil que conseguem manter em harmonia uma família discreta e reservada, como tem Marisa Letícia. E não são também em grande número aquelas que contam, durante e depois de tantos anos de casamento, com o respeito implícito e explícito do marido, as boas ausências sempre feitas por Luís Inácio Lula da Silva a ela, o carinho frequentemente manifestado por ele. E isso não é um mérito? Não é um exemplo bom? Passemos agora às despeitas ao que, no entanto, eu considero o mérito mais relevante de nossa ex-primeira-dama: a brasilidade. Foi um apedrejamento sem trégua, quando Marisa Letícia, ao lado do marido presidente, decidiu abrir a Granja do Torto para as festas juninas. A mais singela de nossas festas populares, aquela com Brasil nas veias, celebrando os santos de nossas preferências, nossa culinária, os jogos e as brincadeiras. Prestigiando o povo brasileiro no que tem de melhor: a simplicidade sábia dos Jecas Tatus, a convivência fraterna, o riso solto, a ingenuidade bonita da vida rural. Fizeram chacota por Lula colar bandeirinhas com dona Marisa, como se a cumplicidade do casal lhes causasse desconforto. Imprensa colonizada e tola, metida a chique. Fazem lembrar “emergentes” metidos a sebo que jamais poderiam entender a beleza de um pau de sebo “arrodado” de fitinhas coloridas. Jornalistas mais criteriosos saberiam que a devoção de Marisa pelo Santo Antônio, levado pelo presidente em estandarte nas procissões, não é aprendida, nem inventada. É legitimidade pura. Filha de um Antônio (Antônio João Casa), de família de agricultores italianos imigrantes, lombardos lá de Bérgamo, Marisa até os cinco de idade viveu num sítio com os dez irmãos, onde o avô paterno, Giovanni Casa, devotíssimo, construiu uma capela de Santo Antônio. Até hoje ela existe, está lá pra quem quiser conferir, no bairro que leva o nome da família de Marisa, Bairro dos Casa, onde antes foi o sítio de suas raízes, na periferia de São Bernardo do Campo. Os Casa, de Marisa Letícia, meus amores, foram tão imigrantes quanto os Matarazzo e outros tantos, que ajudaram a construir o Brasil.

Outro traço brasileiro dela, que acho lindo, é o prestígio às cores nacionais, sempre reverenciadas em suas roupas no Dia da Pátria. Obras de costureiros nossos, nomes brasileiros, sem os abstracionismos fashion de quem gosta de copiar a moda estrangeira.

Eram os coletes de crochê, os bordados artesanais, as rendas nossas de cada dia. Isso sim é ser chique, o resto é conversa fiada. No poder, ao lado do marido, ela claramente se empenhou em fazer bonito nas viagens, nas visitas oficiais, nas cerimônias protocolares. Qualquer olhar atento percebe que, a partir do momento em que se vestir bem passou a ser uma preocupação, Marisa Letícia evoluiu a cada dia, refinou-se, depurou o gosto, dando um olé geral em sua última aparição como primeira-dama do Brasil, na cerimônia de sábado passado, no Palácio do Planalto, quando, desculpem-me as demais, era seguramente a presença feminina mais elegante. Evoluiu no corte do cabelo, no penteado, na maquiagem e, até, nos tão criticados reparos estéticos, que a fizeram mais jovem e bonita. Atire a primeira pedra a mulher que, em posição de grande visibilidade, não fez uma plástica, não deu uma puxadinha leve, não aplicou uma injeçãozinha básica de botox, mesmo que light, ou não recorreu aos cremes noturnos. Ora essa, façam-me o favor! Cobraram de Marisa Letícia um “trabalho social nacional”, um projeto amplo nos moldes do Comunidade Solidária de Ruth Cardoso. Pura malícia de quem queria vê-la cair na armadilha e se enrascar numa das mais difíceis, delicadas e técnicas esferas de atuação: a área social. Inteligente, Marisa Letícia dedicou-se ao que ela sempre melhor soube fazer: ser esteio do marido, ser seu regaço, seu sossego. Escutá-lo e, se necessário, opinar. Transmitir-lhe confiança e firmeza. E isso, segundo declarações dadas por ele, ela sempre fez. Foi quem saiu às ruas em passeata, mobilizando centenas de mulheres, quando os maridos delas, sindicalistas, estavam na prisão. Foi quem costurou a primeira bandeira do PT. E, corajosa, arriscou a pele, franqueando sua casa às reuniões dos metalúrgicos, quando a ditadura proibiu os sindicatos. Foi companheira, foi amiga e leal ao marido o tempo todo. Foi amável e cordial com todos que dela se aproximaram. Não há um único relato de episódio de arrogância ou despeita feita por ela a alguém, como primeira-dama do país. A dona de casa que cuida do jardim, planta horta, se preocupa com a dieta do marido e protege a família formou e forma, com Lula, um verdadeiro casal. Daqueles que, infelizmente, cada vez mais escasseiam.

Este é o meu reconhecimento ao papel muito bem desempenhado por Marisa Letícia Lula da Silva nesses oito anos. Tivesse dito tudo isso antes, eu seria chamada de bajuladora. Esperei-a deixar o poder para lhe fazer a Justiça que merece.

. A militância CUTista está em luto. Dona Marisa, presente!

A CUT lamenta profundamente a morte da amiga e companheira Marisa Letícia Lula da Silva, incansável militante das causas sociais e da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.



Crédito: Arquivo/CUT

Dona Marisa, mulher e mãe – a querida esposa do presidente Lula -, abriu as portas da sua casa para a militância que criou o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores e esteve presente em todos os momentos da construção da luta por um país melhor e mais justo.

Se não tivessem ao lado pessoas como Dona Marisa, uma militante forte, afetiva e determinada, Lula e a CUT jamais seriam o que são.

Nossa solidariedade à família e aos milhares de amigos que Dona Marisa conquistou nesses 40 anos em que acompanhou todos os passos do presidente Lula, apoiando, aconselhando e se colocando sempre à disposição em todos os momentos de sua vida.

O luto do Lula é o nosso luto.

Você nunca estará sozinho, companheiro!

D. Marisa, presente!

São Paulo, 2 de fevereiro de 2017.

O desmonte do Brasil avança a passos largos

A arrecadação federal despenca, a indústria definha e o desemprego galopa, enquanto o governo Temer se desfaz do patrimônio nacional

Roberto Amaral — publicado 01/02/2017

Pedro Parente, presidente da Petrobras, já pode comemorar a queda de nossas reservas para o nível de 2001, após a venda de ativos e a contração dos investimentos em exploração e produção de óleo. A cada dia que passa, a cada medida que adota, o governo Temer mais assume, agora sem rebuços, seu projeto mesquinho de desestruturação do País, por meio do dismantelamento do Estado e da desconstrução da economia nacional, a serviço de interesses internacionais e do rentismo. A política recessiva, o neoliberalismo, o monetarismo arcaico não são fins em si, mas instrumentos de que se vale o situacionismo para destruir o que ainda sobrevive de projeto de desenvolvimento.

A arrecadação de tributos federais teve uma queda de 3% em 2016, em comparação com 2015, e o declínio não foi maior graças ao ingresso dos 46,8 bilhões de reais advindos da receita extra de impostos e multas da repatriação de recursos ilegais de brasileiros no exterior. Posta de lado essa receita, a queda sobe para 6%. Na comparação entre dezembro de 2016 e dezembro de 2015, a queda foi de 1,19%. A retração no início de 2017 superou 10%, mantendo a expectativa de contração no ano.

Dessa forma, a arrecadação cai pelo terceiro ano consecutivo e retorna ao nível de 2010. As principais quedas se dão entre os maiores empregadores de mão de obra, a saber, no comércio, na construção e na indústria, cujo faturamento caiu 12,1% em comparação com o ano passado.

E o ajuste fiscal?

Enquanto a receita míngua, crescem as despesas. As contas do governo ficaram no vermelho pelo terceiro ano consecutivo, com um déficit primário de 154,255 bilhões em 2016, o maior rombo desde 1997, resultado do aumento de despesas na ordem de 7,2% em 2016 sobre 2015.

"A estimativa de crescimento de 0,5% do PIB foi revisada pelo Fundo Monetário Internacional para 0,2%, e pode ser ainda menor"

A estimativa de crescimento de 0,5% do PIB foi revisada pelo Fundo Monetário Internacional para 0,2%, e pode ser ainda menor, enquanto a dívida das famílias cai na proporção em que sobe o gasto com seu pagamento. O crédito encolhe, o peso dos juros sobe de 41% (média de 2014) para 48% (novembro de 2016) e a taxa média dos juros ao consumidor chegou a 71,9% no final do ano passado. A contração da economia até 2016 chegou a 9%.

Os reflexos nas vendas do comércio de varejo são visíveis e imaginável é a queda das encomendas à indústria, com seu rol de consequências que começa com o desemprego, crescente. Já chegou a 15% e pode, até o final do ano, atingir 20%. Só no ano passado foram eliminados três milhões de empregos com carteira assinada, o que significa três milhões de famílias de trabalhadores no desespero.

Os Estados, já em crise, enfrentando quedas crescentes de receita, são, ainda, apenados pela União com a cobrança de uma dívida pelo menos discutível. Na impossibilidade de privatizar de uma só vez a Petrobras, o governo cuida de fragilizá-la ao limite de renunciar às expectativas do Pré-sal, a maior descoberta de petróleo do planeta nos últimos 30 anos. Parte para a venda fatiada, na bacia das almas, de ativos valiosíssimos de nossa maior empresa, como campos do Pré-sal e outros, de gasodutos, da Liqigás, de sua indústria petroquímica e tudo isso por que o projeto de destruição da estatal visa a reduzi-la à condição de mera produtora de óleo bruto, o que pode ser levado a cabo em pouco tempo.

À irresponsável venda de ativos soma-se a contração dos investimentos em exploração e produção de óleo, e assim o senhor Pedro Parente, presidente da estatal, já pode comemorar a queda de nossas reservas para o nível de 2001. A atual direção da Petrobras, criminosamente, praticamente abandonou a atividade de exploração (perfuração de novos poços para ampliar reservas), o que fará com que, em pouco tempo, nosso mercado interno venha a ser atendido majoritariamente pelas petroleiras estrangeiras.

"Na impossibilidade de privatizar de uma só vez a Petrobras, o governo cuida de fragilizá-la ao limite"

Fica cada vez mais claro que o grande objetivo é o desmonte do Brasil qual o conhecemos e a entrega de nosso patrimônio, construído com tanto sacrifício e ao longo de tantos anos, a grupos internacionais que avançam sobre todos os setores da economia brasileira, principalmente nos setores vitais, da indústria de um modo geral, do comércio, da educação e da saúde. Coerente com essa política verdadeiramente de terra arrasada, o governo pretende entregar a empresas estrangeiras o controle do tráfego aéreo nacional (o que comprometerá até a aviação militar e os deslocamentos de nossas autoridades).

Pretende liberar a aquisição integral das empresas brasileiras de aviação a empresas estrangeiras e a política de 'céus sem fronteiras' que permitirá a

empresas estrangeiras explorar a aviação comercial doméstica, quando nossas empresas encolheram 5,47% no ano passado, o pior desempenho desde 2003. As empresas estrangeiras é liberada a captação de fundos públicos, o que contraria a lógica da atração de capitais estrangeiros, pois, por suposto, viriam eles aumentar a nossa capacidade de investir. Se nem mais capital têm de trazer, virão simplesmente abocanhar fatia crescente do capital privado nacional, acelerando, com a ajuda governamental, a desnacionalização de nossa economia. *Pari passu* é autorizada a instalação de 21 Zonas de Processamento de Exportação (ZPES) sem cobrança de contrapartidas, ao lado de concessões de serviços públicos sem a exigência de conteúdo local.

Enquanto isso, segue o esforço da maioria parlamentar, guiada pelo Planalto, visando à destruição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), à perversa precarização do trabalho em meio à recessão e ao desemprego, e a reforma da previdência que só cuida de prejudicar quem mais dela depende, o assalariado.

O governo que assim comanda a economia brasileira, permanentemente na corda bamba, sem credibilidade, carente de legitimidade e apoio popular, cuida do dia a dia sem saber se terá amanhã, pois pode e deve ser alcançado pelas delações dos executivos da Odebrecht, recentemente homologadas pela presidente do STF.

Se salvar-se dessa ameaça, saída improvabilíssima, o ainda presidente pode ter seu mandato cassado como consequência da eventual impugnação pelo TSE das contas da campanha de 2014, embora as chicanas jurídicas do ministro Gilmar Mendes, aquele que não disfarça sua condição de militante partidário e, agora conselheiro do presidente que mais tarde julgará, tenta ora desvincular as candidaturas Dilma-Temer, ora prorrogar ao máximo o julgamento. Enseja ao presidente a renovação de duas ou mais vagas no plenário, inclusive a substituição do relator, o que lhe daria absoluto controle da Corte.

"Festeja-se a homologação das delações, mas é de lamentar a manutenção do sigilo"

Festeja-se a homologação das delações, mas é de lamentar a manutenção do sigilo, que só contribui para fortalecer suspeições difusas que são utilizadas para toldar o ambiente já de si tenso após tanta espera. O recurso ao sigilo, ademais, contraria o princípio basilar da transparência, segundo o qual a publicidade deve ser a regra e o sigilo a exceção, e só tem servido para o 'vazamento seletivo' manipulado nas entranhas dos inquiridos e seus agentes.

Pelo que se comenta em todos os bastidores da política e dos templos da Justiça, a delação dos executivos e do principal acionista da Odebrecht é grave demais, para os destinos da República e da Lava Jato, pelos seus aspectos intrínsecos, civis e criminais. De igual modo é importantíssima pelos seus evidentes implicações políticas e consequências institucionais, para ser tratada às escondidas, abrindo espaço para suspeições.

A homologação e o sigilo foram anunciados quando estávamos nas vésperas da eleição das mesas diretoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que definirá, ademais, a linha sucessória da Presidência da República, podendo eleger futuros réus da Lava Jato.

O que está posto à toda evidência é que a conjuntura aponta para uma crise político-institucional potencializada pela crise econômico-social. Neste momento, os partidos precisam de nitidez ideológica afirmada em sua fidelidade a princípios e programas.

"Neste momento, os partidos precisam de nitidez ideológica afirmada em sua fidelidade a princípios e programas"

Vencida pela reação sempre enérgica de sua brava militância, a bancada do PT na Câmara tende a ficar onde deve e de onde não pode sair, ou seja, na oposição ao governo títere. Precisa cumprir o papel – se puder fazê-lo – de aglutinador, sem veleidades hegemônicas, dos partidos de oposição (PDT, PCdoB, Rede e PSol) num bloco parlamentar de resistência ao desmonte do Estado e da economia nacional.

Do movimento social, sindicatos à frente, a conjuntura exige capacidade de ação, mobilização permanente, dando sustentação, impulso e vigor à oposição parlamentar. É hora de ampliar nossos espaços e cuidar de alianças táticas – inclusive com o capital produtivo, que os poucos vai descobrindo o erro que cometeu com a solidariedade ao impeachment.

Em tais circunstâncias, a superação da crise passa por entendimento que antecipe a eleição direta de novo Presidente da República. Este sim, unido pelo voto popular, e só nesta condição, terá legitimidade para dar rumo ao País.

<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-desmonte-do-brasil-avanca-a-passos-largos>

O cerco aos bancos públicos e o futuro do Brasil

Estamos entregando o país aos negócios privados, principalmente estrangeiros, à revelia da sociedade brasileira.

Mauro Santayana

Nos últimos meses, o governo brasileiro não apenas está tomando medidas temerárias do ponto de vista estratégico como também o está fazendo na contramão do mundo, em um momento em que o nacionalismo e o Estado se fortalecem, como reação à globalização, até mesmo pelas mãos da extrema direita, nos países mais desenvolvidos.

O que vem sendo apresentado, com a cumplicidade de uma mídia imediatista, irresponsável e descomprometida com os objetivos nacionais, não passa de uma sucessão de “negócios” apressados e empíricos que têm como único norte o acelerado desmonte, esvaziamento e inviabilização em poucos anos, do Estado, com deletérias, estratégicas, e talvez irreversíveis consequências para o futuro.

Estamos entregando o país aos negócios privados, principalmente estrangeiros, em transações gigantescas, feitas a toque de caixa, que envolvem bilhões de dólares. Na maioria das vezes, à revelia da sociedade brasileira, a ponto de muitas estarem sendo realizadas até mesmo sem licitação, como está ocorrendo com a “venda” e desnacionalização de poços do pré-sal e de outros ativos.

Tudo isso com uma fúria privatista que só encontra paralelo nos nefastos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, que tiveram como principais consequências econômicas a duplicação da dívida líquida pública e a queda do crédito, do PIB, da renda assalariada e do trabalho formal ao fim de seus oito anos de governo.

Se o recuo estratégico é grave em setores primordiais, como energia, infraestrutura e defesa, ele atinge também, drasticamente, os bancos públicos.

Assim como não existem grandes países sem grandes empresas nacionais, também não existem grandes nações que possam prescindir de um forte sistema financeiro público para que se desenvolvam estratégica e soberanamente.

Não se trata apenas, como ocorria no passado, do direito de cunhar moeda, mas de ter instrumentos que possam garantir que a roda da economia continue girando.

Nos últimos anos, o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil foram cruciais para manter o país crescendo, investindo na “bancarização” da população e na expansão do crédito.

O volume de crédito em circulação, que caiu de 36% para 23,8% do PIB nos governos de FHC, mais do que duplicou nos governos do PT, até atingir 54,2% em dezembro de 2015.

Sem o financiamento à indústria e à agricultura teria sido impossível, para o país, enfrentar a longa sucessão de graves crises que vêm atingindo o mundo ocidental e o capitalismo desde 2008, quando a banca privada se retraiu, deixando de emprestar dinheiro e passou a investir, como sempre fez historicamente, basicamente em títulos do governo.

Com isso, embora o lucro dos bancos tenha aumentado mais de 400% na era Lula com relação ao governo anterior, as instituições públicas se expandiram mais do que as particulares, aumentando a variedade e quantidade dos serviços prestados a seus clientes, sua oferta de crédito, seus lucros e sua presença na economia nacional.

E como o atual governo responde a esse imprescindível papel estratégico? Pega carona e incentiva a campanha, com forte componente ideológico, que se está desenvolvendo na mídia e nas redes sociais, contra o BNDES. Promove a estúpida, suicida e inexplicável eliminação de R\$ 100 bilhões dos ativos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que estão sendo repassados ao Tesouro, para suposto “abatimento” cosmético e irrelevante da dívida pública, em um momento em que o país é apenas a 40ª nação do mundo em endividamento, e se encontra mergulhado em grave recessão.

Reforça essa política de terra arrasada com a interrupção e eliminação, pela atual diretoria do BNDES, de projetos de exportação de serviços de engenharia de empresas já atingidas em bilhões de dólares, pelo tsunami punitivo da Operação Lava Jato.

Com isso, morrem no nascedouro milhares de empregos que poderiam surgir por meio de alguns dos maiores expoentes da engenharia nacional e de centenas de médias e pequenas empresas de sua cadeia de fornecedores.

O governo estende os nefastos efeitos dessa abordagem destrutiva do Banco do Brasil e da Caixa – apelando para a velha desculpa da busca de “eficiência” – promovendo seu desmanche e “enxugamento”, com o já anunciado fechamento de centenas de agências e a demissão “incentivada” de milhares de funcionários, em um momento em que dezenas de municípios, para o enfrentamento da crise, não poderiam prescindir da presença e do apoio dessas instituições.

Quais são as razões que se escondem por trás disso? Por que e para que torcer o pescoço das galinhas dos ovos de ouro da economia nacional que, além de manter o país funcionando, deram altíssimos retornos para seus acionistas e para a União e estão ligadas a conquistas de enorme importância social, como a construção de 3,5 milhões de casas populares nos últimos anos?

De 2010, para cá, o BNDES, além de emprestar centenas de bilhões de reais para grandes, médias e pequenas empresas, teve mais de R\$ 40 bilhões de lucro. O Banco do Brasil alcançou, em 2011, um lucro líquido de mais de R\$ 12 bilhões e chegou a mais de R\$ 14 bilhões em 2015. Os seus ativos, que eram de quase R\$ 1 trilhão em 2011, chegam a quase R\$ 1,5 trilhão este ano. A Caixa Econômica Federal lucrou quase R\$ 4 bilhões em 2011 e expandiu seus resultados para 7,2 bilhões em 2015.

De que tipo de “reestruturação” esses bancos precisam? De mandar gente embora para fazer com que os que vão ficar trabalhem o triplo – cada funcionário de agência do Banco do Brasil já é responsável, em média, pelo atendimento a quase 450 contas da instituição – e comecem a cometer falhas, e fazer os clientes pensarem em migrar para os bancos privados?

Não se pode compreender esse cerco à banca pública a não ser como um desejo subjacente de abrir mercado para a banca privada, embora esta não tenha deixado de multiplicar também seus ganhos.

Deve assustar, sobretudo, a possibilidade que os bancos públicos têm, a qualquer momento, de regular indiretamente o mercado, sempre que necessário, baixando as suas taxas de juros e as tarifas que cobram da população.

Mas essa deliberada e injustificável estratégia de sabotagem e sufocamento dos bancos públicos pode ter, também, outras intenções. Como sempre ocorre, ela abre caminho para que se possa dizer que eles estão operando mal ou perdendo dinheiro, e que devem ser privatizados a médio prazo, eliminando-os totalmente, da economia nacional.

Assim como ocorre no caso da Petrobras, a sociedade brasileira precisa responder ao desmanche e à campanha contra a banca pública decisivamente.

Os bancários e os municípios prejudicados devem entrar na Justiça contra o fechamento de agências, levando ao Judiciário e ao Ministério Público informações relativas à verdadeira situação financeira dos bancos estatais e sua importância econômica e social no contexto do processo de desenvolvimento brasileiro.

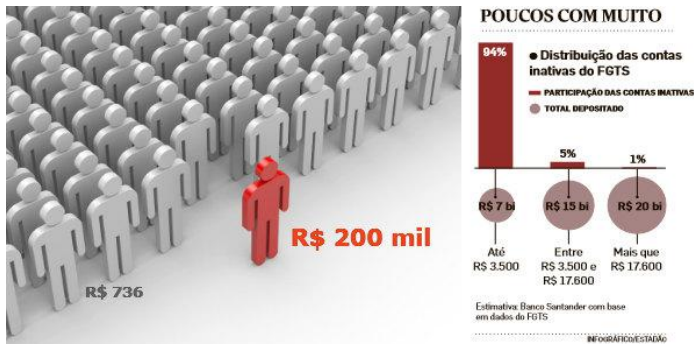
É preciso que aqueles que dizem que é necessário aumentar a “eficiência”, expliquem onde está a ineficiência de instituições que praticamente salvaram o país durante a crise de 2008, que contribuíram para a expansão do crédito, da produção e da infraestrutura e que, na última década, deram dezenas de bilhões de reais em lucro. Enquanto o sistema financeiro privado internacional, por ineficiência, desonestidade e fiscalização, levava a economia global ao colapso.

<http://www.maurosantayana.com/2017/01/o-cerco-aos-bancos-publicos-e-o-futuro.html>



Números tornam evidente: liberação do FGTS é presente para ricos e bancos

Fernando Brito



É espantoso como a imprensa brasileira esconde o óbvio e dependemos que um banco estrangeiro – o Santander – levante os números para mostrar o que é tão evidente que foi apontado aqui no próprio dia do anúncio da liberação das contas inativas do FGTS: o grosso do dinheiro não vai para aliviar os trabalhadores ou reaquecer o consumo e a economia, vai é engordar os fundos de investimento regidos pelos bancos e corretoras e alimentar a especulação com juros.

Os dados do banco espanhol, publicados hoje pelo Estadão (por enquanto só na edição impressa) são incontestáveis.

Dos estimados R\$ 41 bilhões que hoje estão na conta do Fundo, para financiar habitações, saneamento e infraestrutura, a metade – R\$ 20 bilhões – serão liberados para apenas 100 mil cotistas – 1,2% do total – que têm saldo superior a R\$ 17,6 mil, ou 20 salários mínimos de dezembro, data de referência dos valores.

Isso que dizer, na média (que ainda não é a mensuração correta, porque a pirâmide sempre concentra valores mais altos nas mãos de menos pessoas) estes felizardos levam, cada um R\$ 200 mil, que serão avidamente disputados pelo sistema bancário.

O grupo intermediário – com direito a saque de valores entre cinco a 20 salários mínimos de dezembro (R\$ 3,5 mil a R\$ 17,6 mil) concentra outros 37% do valor total, embora corresponda a apenas 5% do total de inscritos.

E a multidão de 9,5 milhões de trabalhadores – ou 94% dos cotistas – têm saldo entre zero e R\$ 3,5 mil, que dá uma média – com todas as ressalvas que se fez, antes à precisão da média, nestes casos – de R\$ 736 por cabeça. Esse é o dinheiro que vai para “limpar no nome” no Serasa, acertar o carnê, pagar as contas atrasadas...

É tão pouco que o próprio Santander diz que “mesmo na hipótese altamente improvável de que todos os recursos sejam destinados ao pagamento de dívidas, o impacto seria “limitado” que, ainda que com essa “premissa extrema, o efeito máximo ficaria longe de ser considerado significativo”, dizem os analistas do banco.

No caso extremo e improvável em que trabalhadores usassem todo o dinheiro inativo para quitar dívidas, o comprometimento da renda das famílias cairia até 0,60 ponto percentual e a inadimplência diminuiria até 0,15 ponto. (...) Nesse cenário improvável, o comprometimento da renda das famílias com dívidas cairia de 22,2% em novembro para algo próximo de 21,6%.

O efeito sobre o consumo, claro, será também pífio.

Mas os gerentes de banco já estão sendo orientados a oferecer aplicações generosas (para os clientes e mais ainda para as instituições financeiras) para os que tiverem valores expressivos a sacar.

Como se escreveu aqui, mesmo sem números que permitissem uma estimativa mais detalhada como a do Santander, era um cenário antevisto, sobre o qual faltou à reportagem (reportagem?) dos jornais solicitar o perfil das contas inativas para traçar com precisão o retrato do que todos sabiam e quase ninguém escreveu: “O destino do dinheiro grosso, como sempre no Brasil, é o mercado financeiro.”

<http://www.tijolaco.com.br/blog/numeros-tornam-evidente-liberacao-do-fgts-e-presente-para-ricos-e-bancos/>

Bancos se preparam para quebra de empresas



Diante do caos econômico da administração de Michel Temer, que afunda o Brasil na maior crise de sua história, os maiores bancos privados do País já prevêem uma quebra de empresas generalizada nas empresas. Depois de amargarem perdas com a deterioração financeira de grandes empresas, que entraram em recuperação judicial ou estão envolvidas na Lava Jato, Itaú, Bradesco e Santander começaram, nos últimos meses, a se organizar para evitar uma crise ainda maior. A preocupação é que essa onda de recuperações se intensifique e provoque um efeito cascata de estragos na já combatida economia do País. Com equipes especializadas, esses bancos criaram departamentos totalmente focados na reestruturação de médias e grandes empresas.

As informações são de reportagem de Mônica Scaramuzza e Renée Pereira no Estado de S.Paulo.

“A ideia é trabalhar de forma preventiva, antes que o problema leve mais companhias a um processo de recuperação judicial ou falência – o que é prejudicial também para o balanço dessas instituições, que no último ano tiveram de fazer provisões para perdas bilionárias. Os casos mais emblemáticos foram os da Oi, com dívidas de R\$ 65 bilhões, e da Sete Brasil, criada para entregar sondas para a Petrobrás, com débito de R\$ 20 bilhões.

Fontes de mercado afirmam que há uma “watch list” (lista de monitoramento) de cerca de R\$ 300 bilhões em dívidas de médias e grandes empresas na mira de bancos para reestruturação. Esse valor exclui a dívida da Oi e parte das renegociações de dívidas já feitas por algumas das empresas do grupo Odebrecht.”

<https://www.brasil247.com/pt/247/economia/277565/Bancos-se-preparam-para-quebra-de-empresas-geral.htm>



Análise

Crise econômica: como chegamos aqui e como superá-la

A recuperação prometida pelo governo Temer não se confirmou. A recessão brasileira é mais profunda e as medidas adotadas até agora não são a solução

Ricardo Carneiro*

A decepção do empresariado brasileiro e do governo Temer com a continuidade da crise e a não confirmação das expectativas de uma recuperação imediata sugerem que se discuta em maior profundidade a sua natureza e o caráter peculiar das medidas necessárias para superá-la.

De início, é forçoso assinalar: vivemos uma crise comandada pelos estoques e não uma convencional determinada pelos fluxos. Vale dizer, uma recessão originada nos balanços. Entre 2011 e 2014, o movimento predominante é o da deterioração dos fluxos, como resultado da desaceleração do crescimento. No biênio posterior, 2015/2016, a característica essencial é a dos choques simultâneos, promovido pela política macroeconômica, a crise política e a conseqüente degradação dos balanços.

Iniciemos pela exceção, o setor externo, para o qual o ciclo de liquidez em declínio, mas ainda favorável, a sólida posição do setor público como credor líquido, em razão do volume de reservas de cerca de 380 bilhões de dólares e o mecanismo de autocorreção nas transações correntes evitaram a mudança de natureza da crise.

O desequilíbrio de fluxo, expresso em um déficit em transações correntes da ordem de 4,5% do PIB, no início de 2015, foi progressivamente corrigido pela recessão, chegando ao final de 2016 à marca de 1% do PIB. A conta financeira deteriorou-se, embora tenha sido suficiente para financiar o déficit corrente em declínio e importantes movimentos negativos dentro dela.

No setor privado, em particular na indústria, uma grande parte das empresas vivencia hoje uma situação Ponzi. Mais da metade delas, 55%, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, não gera recursos suficientes para servir a dívida. Isto resultou de um longo processo. Entre 2011 e 2014, crescimento do fluxo de caixa se reduz e as dívidas aumentam, mas ainda a uma velocidade moderada. Por quê? Enquanto a desvalorização do real empurra estas últimas para cima, a redução da Selic e dos spreads contém seu crescimento.

O quadro é diferente a partir de 2015. Do lado corrente, a recessão, a desvalorização cambial e o tarifaço deterioram o fluxo de caixa. Mas, apesar de sua intensidade, este não é o efeito principal. O choque de juros e a depreciação do câmbio jogam o custo da dívida para níveis elevadíssimos. Em um ano, 2015, a relação fluxo de caixa bruto/despesa financeira, cai pela metade e passa de 1,53 para 0,78, indicando a situação Ponzi.

A situação das famílias, de acordo com os dados da Confederação Nacional do Comércio, é grave. A percentagem com algum tipo de dívida, flutua em torno de 60%, entre 2011 e 2014. Em paralelo, a inadimplência lato senso declina, reduzindo-se tanto o número de famílias com contas em atraso quanto aquelas em default. Esse quadro muda radicalmente após 2015 com o choque de juros e o aumento dos spreads. A percentagem de famílias endividadadas dá um salto brusco para 67% e passa a cair, indicando que aquelas que podem começam a se livrar das dívidas. Ao mesmo tempo, a inadimplência aumenta substancialmente tanto em relação aos atrasos, de 18% para 25% de todas as famílias endividadadas, quanto para o default, que avança de 5% para 10% do total.

A situação do setor público é similar. Entre 2011 e 2014, o saldo primário desaparece. Um superávit de 3,2% do PIB em 2011 vira um

pequeno déficit de 0,5% em 2014. A despeito disso, a dívida pública declina na maior parte do período, sob o impacto da desvalorização do real e da queda da taxa de juros.

Apenas em 2014, as dívidas bruta e líquida aumentam levemente em cerca de três pontos percentuais do PIB. O quadro é completamente distinto em 2015 e 2016, biênio no qual a dívida bruta aumenta em vinte pontos percentuais do PIB, e a líquida, em doze. A despeito do crescimento do déficit primário para o patamar de 2%, ele tem muito menos relevância na explicação do aumento da dívida movida sobretudo pela carga de juros e, em menor escala, pelo custo dos swaps cambiais.

A análise anterior indica a dupla natureza da crise atual: o declínio dos fluxos de renda e o aumento intenso do endividamento. Este último se comporta como uma espécie de buraco negro, impedindo o efeito multiplicador do gasto. Diante desse quadro, se a evolução do setor externo permitir, a reativação da economia dependerá de dois tipos de medidas: o refinanciamento das dívidas, uma condição necessária, somada à reativação do circuito do gasto-renda, condição suficiente. A despeito de o setor público estar em situação financeira delicada, as iniciativas devem partir dele, em razão de seu tamanho e maior grau de liberdade.

No plano financeiro é necessária uma ampla renegociação das dívidas. Sua condição essencial é uma redução da taxa básica de juros, a Selic, e dos spreads bancários. Quanto à primeira, não só a queda da inflação, mas a taxa interna superior à externa permite sua redução. Os bancos públicos, que não tem a imperiosidade de obtenção de lucratividade semelhante aos privados, poderiam tomar a iniciativa de reduzir os spreads e renegociar as dívidas. A criação de incentivos para o setor bancário privado aderir à renegociação também é crucial.

A queda da Selic reduz a carga de juros e a pressão sobre a dívida pública, abrindo espaço fiscal para o aumento temporário do déficit primário. Este deveria financiar gastos com elevado multiplicador, como políticas sociais direcionadas às camadas de baixa renda e a retomada de obras de infraestrutura paralisadas.

Por outro lado, seria importante incentivar o investimento do setor privado, mormente na infraestrutura por meio de condições especiais de financiamento. A constituição de um pool de recursos postos à disposição dos bancos poderia dar conta desta tarefa. Esses recursos podem ter origem em mudanças na composição dos ativos do setor público, com impacto nulo sobre as dívidas. A securitização da dívida tributária do setor privado e o uso de parte das reservas internacionais seriam os dois candidatos mais imediatos a gerar os recursos desse fundo.

* Professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e ex-diretor pelo Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de julho de 2012 a junho de 2016.

<http://www.cartacapital.com.br/economia/crise-economica-como-chegamos-ate-aqui-e-como-supera-la>



Na Câmara, mulheres protestam contra reforma da Previdência



“Nós somos sempre quem mais sofre com qualquer retirada de direitos, pois representamos mais da metade da população brasileira e somos mães do restante”, lembrou a secretária de Mulheres da CUT Brasília, Sônia de Queiroz.

Mulheres de diversos coletivos e parlamentares protestaram nesta quarta (1), na Câmara dos Deputados, contra a proposta de reforma da Previdência do governo ilegítimo de Michel Temer. Segundo elas, as mulheres serão as mais prejudicadas com a proposta, que dentre outras medidas, pretende estabelecer idade mínima de 65 anos, para homens e mulheres, para ter acesso à aposentadoria.

“Seremos as mais prejudicadas nesta reforma. Isso não é uma reforma, a previdência não está deficitária. Pelo contrário, ela tem recursos suficientes, mas eles, com essa justificativa, querem tirar direitos. Imaginem nós, mulheres, que trabalhamos em tripla jornada.

Como mulher negra, quero dizer que somos as mais prejudicadas, porque sempre recebemos menos e trabalhamos mais”, afirmou a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ).

O ato foi organizado por movimentos sociais e entidades sindicais e contou com o apoio da Bancada Feminina do PT. Para a deputada Erika Kokay (PT-DF), é preciso mobilizar o conjunto da sociedade brasileira para impedir a destruição da previdência social e um retrocesso ainda mais grave para as mulheres.

“Esta reforma vai atacar de forma muito violenta as mulheres. O reconhecimento de que as mulheres têm a dupla ou tripla jornada e trabalham mais do que os homens em atividades não remuneradas foi o que fez com que o constituinte determinasse que elas tivessem uma aposentadoria com menos tempo de contribuição para o sistema”, argumentou a deputada.

“Essa reforma retira direitos das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade”, acrescentou a deputada Maria do Rosário (PT-RS).

“A democracia está sendo ferida de morte com essa reforma da Previdência”, disse a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), outra parlamentar petista que participou do evento, que teve um manifesto assinado pelas seguintes organizações: Marcha das Margaridas, Movimento de Mulheres Camponesas, Secretaria de Mulheres da CUT-DF, Secretaria de Mulheres do PT-DF, Coletivo Rosas pela Democracia, Marcha Mundial de Mulheres, Sempre Viva Organização Feminista, Sindicato dos Professores do DF (Sinpro-DF), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFMEA) e Fórum das Promotoras Legais Populares.

<http://www.cutbrasil.org.br/site/na-camara-mulheres-protestam-contr-reforma-da-previdencia/>

Opinião

Três grandes desafios sindicais para 2017

Centralidade do emprego na luta sindical; enfrentamento das profundas transformações; e defesa da proteção trabalhista, orientada pela base legislativa que confere o patamar civilizatório do direito coletivo, fortemente mobilizadora da capacidade de negociação coletiva para enfrentar e dar tratamento aos conflitos laborais desde o local de trabalho, com acordos coletivos nacionais e setoriais.

Clemente Ganz Lúcio*

A situação atual do País e a prospecção para 2017 indicam que o grau de adversidade continuará muito elevado, com possibilidades reais de mais um ano com recessão, crise política acentuada e conflitos institucionais graves. O planejamento do Dieese para 2017 procura responder a este cenário, indicando três grandes prioridades para a atuação no campo de unidade de ação das centrais sindicais.

Primeiro, a centralidade do emprego na luta sindical, seja porque é condição para a vida econômica, seja porque o salário é mobilizador da demanda pelo consumo, animador da atividade produtiva das empresas e da capacidade fiscal pela arrecadação tributária. Para que os empregos voltem a ser agenda positiva, a dinâmica econômica deve ser revertida e, nesse aspecto, o fundamental é recuperar a capacidade de investimento do setor público e manter os gastos sociais com grande efeito multiplicador (saúde, educação, transferências sociais, entre outros), assim como mobilizar capacidade de investimento do setor privado. Para isso, a política econômica deve ser orientada para o crescimento com juros baixos e compatíveis com o padrão internacional e para o câmbio posicionado, de modo a valorizar as empresas competitivas. Uma política industrial voltada para a inovação e o incremento da produtividade deve combinar a reestruturação produtiva com preservação e geração de empregos.

A segunda prioridade deve ser o enfrentamento das profundas transformações – e regressões – que as medidas de ajuste fiscal e reformas previdenciárias farão no sistema de seguridade social brasileiro, que materializa o pacto social firmado na Constituição de 1988. Este pacto, além de dar base para a inclusão e proteção social, confere capacidade distributiva capaz de dinamizar o consumo das famílias, especialmente nos territórios mais pobres. A disputa será garantir a sustentabilidade de uma seguridade social de caráter universal para a Previdência, assistência e saúde, cujos princípios sejam a igualdade e a equidade, viabilizada por meio de uma reforma tributária distributiva e indutora do desenvolvimento econômico.

A terceira prioridade será a defesa da proteção trabalhista, orientada pela base legislativa que confere o patamar civilizatório do direito coletivo, fortemente mobilizadora da capacidade de negociação coletiva para enfrentar e dar tratamento aos conflitos laborais desde o local de trabalho, com acordos coletivos nacionais e setoriais. A regulamentação de questões como a terceirização, a proteção à saúde e segurança no trabalho, as novas formas de ocupação que se multiplicam no setor de serviços e que também invadem a indústria, o comércio e o trabalho no campo, deve considerar a qualidade do emprego e das relações de trabalho. O sindicalismo terá que se renovar para atuar em um mundo diverso e múltiplo, e, mais do que nunca, terá que atuar de maneira suficientemente unida, pela solidariedade que o princípio da igualdade cimenta.

Essas três prioridades, (a) emprego, crescimento econômico e reestruturação produtiva; (b) Previdência e seguridade social; (c) legislação trabalhista e negociação coletiva orientarão o trabalho do Dieese para subsidiar o movimento sindical para as grandes lutas em 2017.

(*) Sociólogo, é diretor-técnico do Dieese

http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26652:tres-grandes-desafios-sindicais-para-2017&catid=46:artigos&Itemid=207



Cursos CPA10 E CPA20, no SEEB/MTFormação
em pauta

▶ CPA10 E CPA20



Bancários, financeiros, cooperativários e demais trabalhadores do ramo financeiro têm a oportunidade de participar dos cursos de preparação para o exame de Certificação Profissional Anbima CPA-10 e CPA-20, inscrições estão abertas. As aulas terão início no dia 02 de fevereiro

As aulas serão ministradas pelo educador corporativo, Aladiah Gondim Bandeira Jr, no Sindicato dos Bancários de Mato Grosso (SEEB/MT), localizado na Rua Barão de Melgaço, 3190, Centro de Cuiabá.

Outras informações e/ou inscrições pelos telefones: (65) 99204 7424 com o professor Aladiah ou (65) 99962 3618 com Natércio Brito.

CPA 10

A certificação CPA-10 é destinada aos profissionais que trabalham em cooperativas de créditos e também aos bancários alocados em agências e que comercializam produtos

Início em 2, 3, 6, 7, 8 e 9 de fevereiro

Horário: das 19h às 22h

Horas aula: 18 horas/aula

CPA 20

Já o CPA-20 é para o profissional que lida com investidores qualificados, que deve demonstrar conhecer as características dos produtos de investimento, derivativos, principalmente fatores de risco.

Início em 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10 e 13 de fevereiro

Horário: das 19h às 22h

Horas aula: 24 horas/aula

Direção da Contraf-CUT define Congresso extraordinário para os dias 8, 9 e 10 de março

A direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), em reunião realizada nesta sexta-feira (27), deliberou a realização do Congresso extraordinário da Contraf-CUT para os dias 8, 9 e 10 de março.

O evento será realizado na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo e debaterá a conjuntura nacional, discutirá o plano de lutas para o próximo período e definirá a reforma estatutária da entidade.

“Vamos realizar este Congresso Extraordinário num momento extremamente importante para organizar a luta dos trabalhadores. Estamos sob ataque das elites empresariais do Brasil que, articulados com a mídia acumularam um alto poder legislativo para alterar e retirar direitos trabalhistas. Vamos debater a conjuntura e organizar um plano de lutas para defender empregos e direitos no próximo período”, explicou o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten.

<http://www.contrafcut.org.br/noticias/direcao-da-contraf-cut-define-congresso-extraordinario-para-os-dias-8-9-e-10-de-e4ac>

**Seminário debaterá reforma da previdência social em São Paulo**

O DIEESE e as Centrais Sindicais vão realizar, em 7 e 8 de fevereiro, em São Paulo, o seminário *Reforma da previdência - Desafios e ação sindical*. O evento reunirá dirigentes sindicais, em São Paulo, para apresentar e debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016. Entre outras alterações, a PEC 287 pretende dificultar o acesso à previdência social e rebaixar o valor médio dos benefícios. Na atividade, os participantes vão discutir os impactos da proposta de reforma da previdência e estratégias de ação sindical para enfrentamento.

Em 7 de fevereiro, o seminário abordará atribuições e fontes de financiamento da seguridade social e previdência; contexto e motivação da reforma da previdência; e conteúdo, impacto geral e tramitação da PEC 287.

No segundo dia, as apresentações terão como tema: *A PEC 287 e os impactos nos diversos segmentos populacionais: servidores, professores, mulheres e rurais; Experiências de reforma previdenciária na América Latina; e Reforma da previdência: a ação das Centrais.*

As inscrições do evento são realizadas pelas Centrais Sindicais. Para participar, é necessário procurar a Central Sindical à qual a entidade sindical é filiada e solicitar a inscrição.

**Jornal da CUT**

- Estadão quer acabar com sindicatos. Vagner Freitas, presidente da CUT Brasil fala sobre matéria publicada e rebate 'ideologia golpista' do jornal;

- Desemprego já atinge 12 milhões de brasileiros;

- Eles querem seu sangue: saque adiantado do FGTS inativo pode trazer armadilhas de bancos;

<https://soundcloud.com/cutbrasil/jornal-da-cut-quarta-feira-1-de-fevereiro-de-2017>



BOLETIM inFORMATIVO

EXECUTIVA

TUXAUA
03 de fevereiro de 2017 | Número 035
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Cleber Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidiane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré-mawé*, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

**Boletim InFormativo da Secretaria de Formação
FETEC-CUT/Centro Norte**

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 - Bairro Jardim
Aclimação - Cuiabá - MT
Fone: (65) 3363 6600
E-mail: tuxaua@feteccn.com.br

